

SUBMISSÃO AO COLONIALISMO DO SÉCULO XXI

AMEAÇA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**PALESTRANTES CRITICAM PROPOSTA DO GOVERNO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR,
EM DEBATE COM A COMUNIDADE DA UFRRJ**

Em *A América Latina: males de origem* (1905), Manuel Bomfim (1868-1932) inovou ao romper com uma corrente de pensadores que reproduziam o discurso oficial. Este autor sergipano criticou o conservadorismo das elites, valorizou os tipos mestiços e descartou a inferioridade racial explicada pelas teorias darwinistas. Mais do que isso: responsabilizou a colonização ibérica e o modelo escravista de exploração pelo atraso da América Latina, e criticou a Doutrina Monroe e o conseqüente panamericanismo – que, segundo ele, sinalizavam os impulsos imperialistas norte-americanos.

Ao escrever *A América Latina: males de origem*, Bomfim respondeu àqueles europeus que afirmavam que este continente estava fadado ao atraso devido a mistura das três raças e aos aspectos climáticos. Ao cunhar a expressão “parasitismo”, o autor atribuiu aos colonizadores o peso pelos anos de espoliação colonial.

Este termo se aplicaria à relação de exploração entre a colônia-metrópole e ao trabalho escravo – os pilares da instabilidade política e social do continente e do “não progresso” da América Latina.

O parasitismo seria a força motora de uma relação nociva de dependência, na medida em que debilitaria o organismo atacado, que ficaria sem energia para esboçar reações. O hospedeiro traria implicações para a organização social, política e econômica da colônia. Ele estaria atrelado à permanência das elites conservadoras no poder, e também à formação do Estado brasileiro, descrito como opressor e monopolizador – características que, segundo Bomfim, são comuns ao Brasil Império e republicano.

Embora M. Bomfim não tenha se libertado totalmente do pensamento cientificista – tão em voga durante o século XIX – ao recorrer



a um termo da própria biologia, *A América Latina: males de origem* ainda assim pode ser considerado um livro crítico e atual.

Ao se fazer um retrospecto dos últimos anos da política educacional brasileira, e da conseqüente desqualificação do ensino, assim como da atual proposta de Reforma Universitária do governo Lula da Silva, é possível perceber quais são nossos “males de origem”.

CONTINUA NA PÁGINA 2

O DIA DO PROFESSOR

A ADUR-RJ S. SIND envia congratulações a todos os professores pela sua data – 15 de outubro. Apesar de todas as dificuldades, dos embates e das lutas, hoje, mais do que nunca, trabalhar na educação significa construir nossa utopia – um lugar que *ainda* não existe. Parabéns a todos nós.

CONFIRA NESTA EDIÇÃO:

HOMOLOGAÇÃO DO REGIMENTO ELEITORAL PARA ESCOLHA DO REITOR DA UFRRJ

PÁGINAS 4 E 5

INFORMES DA ADUR-RJ

PÁGINA 5

REUNIÃO DO SETOR DAS IFES

PÁGINA 6

REUNIÃO DO GT DOS ASSESSORES JURÍDICOS DO ANDES-SN

PÁGINA 7

CALENDÁRIO DE LUTA DO ANDES -SN CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) solicita que todas as associações de docentes e seções sindicais se mobilizem contra a Reforma Universitária do Governo Lula da Silva. Confira as principais atividades do Calendário de Lutas proposto pelo ANDES-SN.

Data	Atividade
5 a 7/11	49º CONAD Tema central “ Construir o projeto das classes trabalhadoras: em defesa da educação pública e gratuita; pelos direitos sociais e trabalhistas e por um sindicalismo livre e autônomo”.
11/11	Dia nacional de paralisação nas universidades públicas
25/11	Grande Marcha a Brasília contra a Reforma Universitária

Além de um passado colonizador-escravista e de uma emancipação política que não rompeu com as interferências de nações estrangeiras para os rumos econômicos do país, é sabido que muitas das atitudes do governo brasileiro atendem às expectativas das agências multilaterais – entre elas o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

A Reforma Universitária, portanto, seria mais uma destas medidas que têm a ver com o projeto neoliberal proposto por entidades internacionais.

Por entender a gravidade do momento político que está em curso no Brasil atual, a ADUR-RJ, em parceria com o DCE, promoveu um Seminário sobre a Reforma Universitária. Durante os dias 5 e 6 de outubro, a comunidade acadêmica pode discutir as implicações da proposta do governo para educação.

No primeiro dia do Seminário, Gelta Xavier – professora do Departamento de Educação da UFF e segunda vice-presidente da ADUFF – e Rafael Pops, vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), discutiram sobre a Reforma Universitária que está em curso. Ambos expuseram suas idéias por aproximadamente 30 minutos cada, e depois o debate foi aberto ao público.

A Profa. Gelta Xavier ressaltou a importância da promoção deste seminário, sobretudo porque a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro é uma referência no movimento social e sindical do país. Ela criticou o documento “Reafirmar princípios e consolidando diretrizes da Reforma da Educação Superior” (Documento II, de 2 de agosto de 2004), idealizado pelo MEC. Segundo a palestrante, este documento distorce os princípios da educação brasileira por meio de uma bela, porém, esvaziada retórica.

O Documento II apresenta uma noção errônea dos conceitos de público e privado, assim como da verdadeira missão da universidade. Para a Profa. Gelta, o termo público não pode ser interpretado como qualquer serviço prestado a população, mas sim, como sinônimo de gratuito – o que não pode acarretar ônus algum aos seus usuários.

Os principais pontos criticados pelos palestrantes contemplavam

aspectos caros ao projeto de “contra-reforma” do governo, como autonomia, financiamento, avaliação, gestão e regulação da universidade.

A palestrante afirmou que a autonomia das IFES é resultado de um amplo processo de luta política e de democratização do país. Ela também ressaltou que não compete aos professores-pesquisadores a função de captar recursos, já que este financiamento pode ser entendido como a busca por investimentos para o ensino e pesquisa no setor privado.

Para a professora, as IFES necessitam de recursos que poderiam ser revertidos em melhorias na infraestrutura e na ampliação de vagas para cursos diurnos e noturnos no ensino superior. Mas enquanto os cursos superiores não recebem investimentos, o governo, por meio da criação do ProUni (Programa Universidade para Todos), isenta de impostos as instituições privadas que reservarem 10% de suas vagas para estudantes carentes, assim como prevê a alocação de recursos outrora destinados à universidade pública para o setor privado.

A Profa. Gelta Xavier ressaltou que este dinheiro perdoado pelo governo poderia ser revertido em recursos capazes de multiplicar por no mínimo em três o número de vagas nas universidades federais.

Rafael Pops também afirmou a importância de se interpretar criticamente o discurso oficial. Para ele, o ProUni reflete os fundamentos de uma política educacional “de perfumaria”, sobretudo porque os estudantes contemplados pelo Programa Universidade para Todos são aqueles que já estão à margem de uma educação de qualidade.

O vice-presidente da UNE destacou ainda o projeto de lei de inovação tecnológica que promove a transferência de conhecimentos e pesquisas realizadas nas universidades federais para o setor privado, de modo a que as empresas possam lucrar ao patentear essas descobertas. Este projeto criaria uma relação de dependência entre o ensino universitário e o setor privado, já que as instituições se tornariam “reféns” de financiamentos particulares.

Ambos os palestrantes observaram um declínio na qualidade do sistema educacional brasileiro, em especial do ensino público superior.

Concluíram que o momento político do país é delicado e exige mobilização dos setores social, sindical e estudantil.

Rafael Pops explicou que a direção majoritária da UNE tem posição contrária ao que ele expôs durante o Seminário, mas que mesmo com as contradições internas, é importante que haja um esforço de cada segmento para que, unidos e mais fortalecidos, possam barrar a reforma universitária do Governo.

A Profa. Gelta Xavier também informou que alguns departamentos de universidades públicas já aprovaram o programa de ensino à distância. Segundo a professora, não existe uma postura crítica nem mesmo entre o corpo docente. Contudo, ela acredita que não é possível ficar de braços atados enquanto a qualidade do ensino superior do país é ameaçada por reformas que, na verdade, apenas refletem a preocupação do Estado com as diretrizes traçadas pelos organismos internacionais.

Na tarde do primeiro dia de atividades, os participantes se organizaram em grupos para discutir e elaborar um documento que sintetizasse a posição da UFRRJ em relação a Reforma Universitária. Entre outros temas, debateram sobre avaliação e autonomia da universidade, gestão, financiamento e ProUni. No dia seguinte, apresentaram o documento síntese, criado por docentes e estudantes, que foi aceito pelos presentes.

Reprodução do Documento Síntese:

“A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro vem, há muito, cumprindo um importante papel de inclusão social. A UFRRJ recebe estudantes de todos os pontos do interior do Brasil, da zona oeste e da baixada fluminense. Cerca de 58,14% dos seus estudantes vêm de família com renda mensal de até 5 salários mínimos e apenas 10,96% situam-se entre 11 e 20 salários-mínimos, tendo 47,75% concluído o ensino médio totalmente em escola pública. Considerando a escolaridade dos pais, 71,77% dos estudantes são filhos de pais com até o ensino médio completo.

Os cortes seguidos no orçamento para educação, a não reposição de professores e servidores técnico-administrativos, a falta de

recursos para a assistência estudantil vêm dificultando de modo crescente a formação acadêmica qualificada bem como a vida no Campus.

Tendo em vista esta realidade e a necessidade de ampliar o número de vagas no ensino superior público, principalmente noturno, discordamos de modo veemente do Projeto de Lei ProUni – Programa Universidade Para Todos – nº3582/2004, implementado por Medida Provisória. Este projeto prevê a isenção fiscal, transferindo recursos públicos para empresas privadas de educação superior em troca de 10% de suas vagas para estudantes carentes.

Segundo estudos da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior) seria possível, em quatro anos, duplicar o número de vagas nas IFES (Instituições de Ensino Superior) com os impostos que deixarão de ser arrecadados pelo ProUni.

Os recursos para educação pública poderiam ser expressivamente aumentados se o governo retirasse os vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE propunha, em sua versão aprovada pelo Congresso Nacional, aumentos substanciais de recursos para a educação pública. Tais recursos poderiam ser destinados para uma política nacional de assistência estudantil (bandeirão, moradia, posto médico, cultura e atividades acadêmicas extracurriculares), atualização e ampliação do acervo da biblioteca, recuperação de laboratórios, salas de aula, informatização, contratação de pessoal com ampliação de vagas noturnas e diurnas.

A autonomia universitária, longe de ser soberania, é um princípio constitucional que garante liberdade para organização acadêmica, estrutural e de gestão, essencial ao desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e artístico voltado para a construção de um país soberano e uma sociedade justa e igualitária. Esta concepção só pode ser implementada se o Estado cumprir o seu papel constitucional de destinar recursos que garantam o direito de todos a uma educação de qualidade.”

DCE e ADUR-RJ

ENTREVISTA



**PROFA.
GELTA XAVIER**

Qual a importância de se promover debates como estes?

GX: A unidade que temos construído com diversos segmentos é importante. Estamos nos aproximando dos estudantes secundaristas, tentando ir às escolas de nível médio e fundamental para levar

este debate sobre a Reforma Universitária. A UFRRJ é mais um desses espaços no qual a qualidade da formação e a politização dos estudantes são visíveis.

Como você avalia a mobilização dos professores neste período pós-greve?

GX: O movimento está frágil porque muitos professores têm optado pelos cursos pagos, pelas assessorias, pela faculdade privada, e abrindo mão da obrigatoriedade de cumprir a dedicação exclusiva, o que faz diminuir a presença docente nos atos de rua, nas situações de debate; mas consideramos que é imprescindível prosseguir. O Sindicato tem levado muito bem essa discussão e feito intervenções junto ao Ministério, pautando audiências para discutir a Reforma Universitária.

Você acredita que será possível frear essa Reforma Universitária?

GX: Contamos com isso, mas o movimento ainda é incipiente. Temos nos perguntado se vamos

conseguir. Na conjuntura, reconhecemos elementos que possam nos animar para barrar essa reforma. Perguntávamos-nos isso ontem, em debate com o Chico de Oliveira.

Como reverter essa situação?

GX: Com mobilização e participação. Temos participado do Fórum de Lutas, entidade que surgiu nas mobilizações contra a reforma da Previdência, e esta tem sido uma experiência muito importante, porque oferece um leque extremamente amplo de contatos. Os partidos, os movimentos de bairros, o MST – todas as situações estão dadas no fórum de lutas, que antes era um fórum em defesa da previdência. Os fiscais da previdência e da receita têm feito periodicamente reuniões às quartas-feiras sobre as PPP's (Parceria Público-Privadas). É claro que isso respalda nossa discussão sobre a ALCA, sobre Reforma Universitária, projeto de inovação tecnológica, reformulação do ensino médio e profissional.

“A UFRRJ É UM DOS ESPAÇOS NO QUAL A QUALIDADE DA FORMAÇÃO E A POLITIZAÇÃO DOS ESTUDANTES SÃO VISÍVEIS”.

Qual a importância de se tentar construir uma relação de integração das AD's com o ANDES-SN?

GX: O ANDES nos representa e temos que assumir formas mais ofensivas de barrar colegas como os de São Carlos e da UFMG, que estão pretendendo sair do sindicato. Eles estão fazendo isso porque perderam o sindicato nas eleições de maio, mas fazem um jogo estúpido contra a própria categoria.



RAFAEL POPS

Como é a sua relação com a UNE hoje?

RP: A eleição na UNE é proporcional, o que quer dizer que quem tem mais votos ocupa todos os cargos. A direção majoritária tem a presidência, a vice-presidência, a tesouraria e a hegemonia de quase 56% da entidade. Dentro da UNE, hoje existem três chapas de oposição e fui eleito por uma delas. Por isso,

podemos indicar a vice-presidência e a segunda diretoria de políticas educacionais, sendo as duas da executiva da UNE. Esta é uma relação histórica dentro da UNE, porque temos três milhões de estudantes que não podem contemplar uma única política educacional. Isso criaria uma artificialidade no movimento estudantil. O caminho que a direção majoritária trilha para a UNE é o da burocracia, de trocar salas de aula e ruas pelos gabinetes. Essa direção majoritária está lá há 14 anos! Existe um atrito constante, mas este debate é rico porque compõe a pluralidade do movimento estudantil.

Embora haja discordância, o que atinge a massa de estudantes é o que vocês acordaram com a Direção Majoritária da UNE?

RP: Não, existe a política da maioria. A política de Reforma Universitária hoje que a UNE implementa é a da direção majoritária. Nossa política não aparece em nenhuma página da

revista da UNE. O que defendo é que não se misture a bagagem histórica do que a UNE representa com o posicionamento político de sua direção. Não se pode colocar em xeque o patrimônio histórico da UNE. Por outro lado, a unidade que construímos hoje é a de oposição ao setor majoritário da entidade. Essa unidade não acontecia com força há muito tempo. Conseguimos unificar as chapas para barrar a Reforma Universitária e foi essa mesma unidade que garantiu a vitória em momentos decisivos na era FHC. Acreditamos nela como instrumento de luta.

Os estudantes têm se mobilizado contra a reforma de maneira satisfatória?

RP: O movimento está ascendendo, mas tenho certeza de que com a retomada das aulas, a tendência é crescer, entrar em compasso cada vez mais. Esperamos nos mobilizar e quem sabe, futuramente, junto com os técnicos e com os professores, se preciso for, fazermos uma greve para barrar essa Reforma Universitária.

Caderno de textos do 49º CONAD disponível para download

O Caderno de textos do 49º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN (49º CONAD) já está disponível para download na home page da entidade e da ADUR-RJ.

O Sindicato Nacional também disponibiliza em seu site a publicação *A contra-reforma da educação superior*, com as principais medidas do governo Lula da Silva analisadas por professores.

POLÊMICA MARCA DISCUSSÃO SOBRE REGIMENTO ELEITORAL

REGRAS DA CONSULTA À COMUNIDADE PARA A ELEIÇÃO DE REITOR SÃO HOMOLOGADAS

Participação social e democracia são práticas recentes na vida cotidiana brasileira. Novíssima, também é a gestão democrática da escola, conquista da Constituição de 1988 e efetivada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - de 1996 -, ainda que reivindicada pelos movimentos sociais desde o final da década de 1970. Embora esses novos temas apresentem controvérsias, esta participação é consequência direta da vida política brasileira.

Com o tempo, os embates políticos avançaram ao longo da história, principalmente durante os 21 anos de ditadura brasileira. Numa época em que o Estado tentou silenciar pensamentos, vontades e contestações, o exercício da democracia não era possível.

É relativamente recente a participação popular em eleições para cargos públicos municipais, estaduais e federais, assim como também consultas para eleição de Reitor das universidades. É por isso que a ADUR-RJ considera extremamente importante a participação de todos os setores da comunidade acadêmica neste processo eleitoral que se inicia.

Assembléia Conjunta – No último dia 7, docentes, discentes e técnico-administrativos estiveram reunidos no Teatro da UFRRJ (Gustavão) para deliberarem sobre os pontos polêmicos do Regimento Eleitoral para eleições para a Reitoria de 2005/2009.

Inicialmente, a pré Comissão Eleitoral – composta por dois representantes e suplentes de cada segmento – apresentou a proposta de um Regimento definitivo, que sintetizava as observações de cada categoria, discutidas e aprovadas em suas Assembléias. Destacaram no documento apenas as divergências, para que fossem aprovadas em votação pela comunidade universitária presente na

reunião. Os artigos que não foram questionados por nenhum dos segmentos em assembléias anteriores foram aprovados, por consenso.

Nesta Assembléia, adotou-se o seguinte procedimento: os participantes receberam cartões coloridos de forma a distinguir os diferentes segmentos durante a computação dos votos. Do mesmo modo, a mesa permitiu que cinco pessoas de cada categoria pudessem se inscrever para defender seus posicionamentos. Após a exposição das opiniões contrárias, as propostas eram apresentadas para votação.

Logo no início desta assembléia, Estevão Moura – componente da Diretoria do Sintur – questionou o fato desta reunião ter sido considerada deliberativa. Os professores Canrobert P. L. Costa Neto e Maria Teresa C. da Cunha informaram que os três segmentos acordaram previamente e sem contestações o caráter paritário e deliberativo desta assembléia, cuja divulgação foi realizada com antecedência.

Sendo assim, Estevão Moura solicitou que os técnico-administrativos se isentassem do direito ao voto, mas que acompanhassem o desenvolvimento da reunião. A professora Maria Teresa C. da Cunha ressaltou que a homologação do Regimento Eleitoral é o desdobramento de um processo que já acontece há meses na universidade e que tem sido acompanhado por representantes das diferentes categorias. Ela destacou a importância desta Assembléia como um espaço para debates e, sobretudo, para construção de um Regimento Eleitoral que contemplasse democraticamente as deliberações dos três segmentos da comunidade universitária.

O primeiro artigo destacado dizia respeito às datas dos primeiro e segundo turnos de consulta

eleitoral. A proposta vencedora estabeleceu que durante os dias 30/11, 01 e 02/12 ocorrerá o primeiro turno, e que o segundo turno se realizará entre os dias 8,9 e 10 de dezembro deste ano.

Um artigo controverso relacionava-se com a inclusão dos alunos de Volta Redonda e Nova Iguaçu no processo eleitoral. Alguns estudantes denunciaram a falta de estrutura e qualidade de ensino nestas “interiorizações” e alegaram que os candidatos têm se apropriado de deficiências na região como plataforma política. Alguns professores, entretanto, alertaram que a legitimidade desta consulta eleitoral estaria comprometida se os estudantes fossem impedidos de participar. Com a maioria dos votos, a comunidade universitária deliberou a favor da inclusão dos alunos de Nova Iguaçu e Volta Redonda como eleitores da UFRRJ.

A polêmica também esteve presente quando se questionou a participação dos professores substitutos. Alguns professores defenderam a participação dos substitutos neste processo eleitoral. Mesmo com posições contrárias, que afirmavam que estes docentes eram pressionados politicamente em seus departamentos, se argumentou que em qualquer circunstância a ética tem que prevalecer e ser respeitada. A proposta vencedora foi aquela que manteve o voto dos professores substitutos.

A grande controvérsia desta Assembléia, entretanto, ocorreu quando se deliberou sobre o voto dos aposentados. Os ânimos ficaram alterados e a discussão foi tensa.

Estevão Moura, coordenador geral do Sintur, alegou que o voto para Reitor foi uma conquista da categoria dos técnico-administrativos e uma das bandeiras de luta do Sintur. O professor Laélcio Nunes de Lima – ex-diretor da ADUR-RJ

e professor aposentado – declarou que os docentes, assim com os técnicos aposentados podem contribuir com o debate a partir de deliberações dentro do próprio sindicato de classe que os representa, sobretudo porque não vivenciam mais a realidade da universidade.

Este ponto foi debatido por aproximadamente uma hora e, por maioria, a proposta que retira a participação de técnico-administrativos aposentados do processo eleitoral da UFRRJ foi a vencedora.

Foi aprovado um dos artigos do Regimento Eleitoral que dizia respeito a captação de recursos na campanha. As chapas candidatas deverão apresentar plano de captação e aplicação de recursos, assim como prestação de contas dos gastos na campanha.

Às 16 horas foi possível concluir a homologação do Regimento – que já está disponibilizado na home page da ADUR - RJ – e da Comissão Eleitoral para a próxima consulta para a Reitoria de 2005/2009 da UFRRJ.

Representantes da Comissão Eleitoral:

a) Docente

Titulares:

Canrobert P. L. Costa Neto
Maria Teresa C. da Cunha

Suplentes:

Irlete Braga da Trindade
Maria Mercedes T. da Rosa

b) Discente

Titulares:

Marcelo de Souza Grade
Vinicius Duarte Ribeiro

Suplente:

Felipe Gustavo Camacho

c) Técnico-Administrativo

Titulares:

Duclério José do Vale
Sérgio do Amaral Alves

Suplentes:

Carlos Alberto Dos S. Chaves
Zedequias V. de Souza

NOTA DE ESCLARECIMENTO DA COMISSÃO ELEITORAL

A pré-comissão eleitoral, constituída por representantes indicados pelos três segmentos da Universidade Rural, acordou, desde suas primeiras reuniões para a organização do processo eleitoral interno, que cada segmento da Universidade elaboraria sua proposta de regimento eleitoral e que uma assembléia conjunta paritária discutiria e deliberaria, homologando, o regimento eleitoral.

Cabe assinalar que cada segmento realizou assembléias de suas categorias e coube à pré-comissão a função de tão somente sistematizar as deliberações de cada assembléia. As sistematizações foram então levadas a uma reunião conjunta, à qual compareceram os integrantes da pré-comissão e membros dos segmentos.

Nesta reunião, não deliberativa, foram levantados e discutidos os pontos polêmicos e remetidos, sem acordo, à assembléia paritária conjunta, compreendida por todos como única instância de homologação do regimento eleitoral.

É importante, também, frisar que em momento algum a pré-comissão eleitoral previu quorum mínimo para a reunião entre os segmentos e para a assembléia conjunta paritária.

Esclarecemos, por fim, que a assembléia conjunta paritária discutiu e votou cada artigo polêmico, verificado pela pré-comissão, com a participação de membros de cada segmento envolvido no processo.

Prof. Canrobert P. L. Costa Neto e Profa. Maria Teresa C. da Cunha

TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS NÃO RECONHECEM HOMOLOGAÇÃO DO REGIMENTO ELEITORAL

Em entrevista ao ADUR Informa, Estevão Moura – técnico-administrativo da UFRRJ há 25 anos e coordenador geral do Sintur – disse que a categoria não reconhece a homologação do Regimento Eleitoral, ocorrida no dia 7 de outubro.

“A assembléia da categoria definiu que faríamos uma outra reunião para avaliarmos o encaminhamento do processo, e que esta última não teria caráter deliberativo. Na própria comissão definimos que teríamos duas assembléias conjuntas. A primeira reunião não aconteceu porque não houve quorum, logo esta não poderia ser deliberativa. Estudantes e professores entenderam isso diferente de nossa categoria. Assim, se houve manifestação de voto dos técnico-administrativos nesta última Assembléia, eles não devem ser computados”, afirma.

Segundo Moura, técnico-administrativos ainda decidirão se acatam ou não este Regimento Eleitoral. O principal impasse seria a retirada dos técnicos aposentados das eleições. Para Moura, o voto dos inativos é importante para o Sintur porque faz parte das bandeiras de luta do sindicato e da FASUBRA.

“Sempre brigamos pela paridade entre ativos e inativos e esperamos que cada segmento possa respeitar as conquistas das outras categorias. Se a próxima Assembléia da categoria deliberar pela não participação dos técnicos, vamos nos empenhar para que nenhum deles vote”, diz.

Para Moura, a saída dos técnicos desta consulta eleitoral inviabilizaria a sua realização, sobretudo porque as eleições seriam decididas de acordo com o CONSU (Conselho Universitário), e proporcionalmente, esta categoria teria menos representatividade.

“Achamos que este processo é antidemocrático, mas não vamos rasgar nossa bandeira de luta por causa disso, pois queremos paridade entre aposentados e ativos. Temos insistido nisso em nossas negociações com o governo. Esperamos que cada categoria se manifeste a favor dos seus pares”, conclui.

INFORMES JURÍDICOS

•Insalubridade: A ADUR-RJ encaminhou parecer do Assessor Jurídico da entidade à Reitoria da UFRRJ, pelo qual comprovou que servidores afastados por motivo de aperfeiçoamento acadêmico têm direito ao adicional de insalubridade. O pagamento deve ser realizado sempre que o servidor comprovar “por declaração da instituição mantenedora, as condições insalubres em que será realizado o curso” (Tribunal de Contas da União, processo TC450.025/97-7, Faculdades de Ciências Agrárias do Pará, DOU de 25/07/1999).

Esta seção sindical solicitou providências da Reitoria para que realize os pagamentos do adicional citado, que foram suspensos, aos professores pós-graduandos. Até que as exigências legais sejam atendidas, a ADUR-RJ também pediu que os descontos realizados nos contra-cheques dos docentes fossem interrompidos.

•FGTS: A ADUR-RJ lembra aos filiados para que entreguem cópia do CPF e do PASEP na secretaria desta seção sindical, no sentido de agilizar os trâmites burocráticos.

•GID-GEAD: Os docentes aposentados que garantiram judicialmente o recebimento da GID e que tiveram o pagamento desta gratificação sustado, serão ressarcidos, no máximo, até o próximo mês. Com a extinção da GID e criação da GEAD, os inativos têm direito a receber os valores devidamente corrigidos.

•28,86%: Docentes que exerceram função gratificada ou comissionada têm direito a correção de 28,86% sobre o valor do DAS. Os atrasados correspondentes a essa revisão serão pagos, de acordo com a decisão judicial da 15ª Vara Federal. Para possibilitar a execução desta sentença, os professores precisam procurar o Departamento Pessoal da UFRRJ e solicitar suas fichas financeiras ou acordos administrativos. Tais documentos devem ser entregues na sede da ADUR-RJ.

SETOR DAS IFES DISCUTE MP'S 198/04 E 208/04 E POSICIONAMENTO PARA PERÍODO PÓS-GREVE

Representantes da diretoria do ANDES-SN e de várias seções sindicais estiveram em Brasília no último dia 25 de setembro, para reunião do Setor dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

As ações do setor no contexto das Medidas Provisórias 198/04 e 208/04 e do período pós-greve, assim como os informes e encaminhamentos ligados às lutas docentes estavam em pauta. Foi sugerida a discussão de mais três pontos: audiência pública da Lei Orgânica do ensino profissional e tecnológico; Decreto de regulamentação das relações entre as fundações de apoio e as IFES; e a última reunião da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESEF).

De acordo com os informes, após a edição das medidas provisórias acima citadas, a diretoria do ANDES-SN e o Comando Nacional de Greve (CNG) tentaram, em vão, agendar uma audiência com o Ministro e a Comissão de Educação. As avaliações feitas foram no sentido de que a luta deverá continuar, entendendo a questão salarial articulada à política que o Governo tenta passar para o ensino superior, através das reformas. O ANDES pretende divulgar um documento crítico em relação às MP's 198/04 e 208/04.

Como esta era a primeira reunião do Setor após a manifestação das Assembleias a respeito da MP 208, foi feita uma votação onde deliberou-se rejeitar esta MP, com 19 votos a favor e nenhum contra. A segunda votação sobre este ponto dizia respeito à participação no GT proposto pelo governo na MP 208 ou na Mesa Setorial de Negociação. Surgiram duas propostas: 1) reivindicar do MEC uma reunião com a Mesa Setorial de Negociação Permanente, buscando maior articulação do ANDES-SN com o SINASEFE, FASUBRA e CONDSEF, para apresentar as exigências do setor: incorporação da GED (Gratificação de Estimulo à Docência); paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; isonomia entre professores do ensino médio e fundamental; extensão dos ganhos salariais aos docentes substitutos e visitantes; 2) cobrar do MEC a instalação do GT por ele anunciado para tratar das exigências do setor. Com 18 votos contra 6, a primeira proposta foi a vencedora.

Outra deliberação aprovada determinou que o Comando Nacional de Mobilização seria convocado no final do mês de setembro para atuar junto ao Congresso durante a tramitação da MP 208/04, logo na primeira semana de outubro. Com a maioria dos votos (13 favoráveis e 6 abstenções) combinou-se implementar o calendário de luta do ANDES-SN, aprovado na plenária do dia 12 de setembro passado. Outra iniciativa, aprovada com uma abstenção, é levar a posição do setor de rejeição a MP 208/04 para buscar apoio dos parlamentares na abertura de negociações com o governo.

Neste encontro, também ficou estabelecido que as seções sindicais e o ANDES-SN apresentariam posição crítica ao Projeto de Lei Orgânica do Ensino Profissional e Tecnológico, durante a audiência pública que se realizaria em Curitiba, de 6 a 8 de outubro. Dentre outras questões bastante graves, este projeto de lei altera profundamente a pesquisa científica nas universidades, uma vez que o saber acadêmico estará subordinado à iniciativa privada.

O ANDES-SN propôs ainda que as seções sindicais se organizassem para debater o decreto de regulamentação da relação entre as fundações de apoio e as IFES, e se comprometeu em publicar um parecer jurídico sobre tal documento em breve.

UM TIRO NO ESCURO

DAS 37 INSTITUIÇÕES QUE ADERIRAM AO PROUNI, SOMENTE 13 FORAM AVALIADAS PELO MEC

O jornal *Correio Braziliense* noticiou no dia 20 de setembro que das 37 instituições que aderiram ao ProUni somente 13 foram avaliadas pelo Ministério da Educação. Destas 37 instituições, 26 ainda não completaram cinco anos de funcionamento – o que significa que são frutos da onda mais recente de privatização do ensino superior.

A assessoria do Ministério da Educação garante que o ProUni estará implementado na primeira quinzena de outubro, quando será aberto um programa de pré-adesão das instituições de ensino superior, com validade de dez anos.

As regras do ProUni estarão valendo a partir das novas turmas de 2005, e os bolsistas não serão prejudicados caso a universidade seja desvinculada do programa.

Neste período, o desempenho destas universidades será analisado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e o curso considerado insuficiente por três avaliações consecutivas estará desligado do ProUni.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO REPROVA 55 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A cada três anos, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) avalia os cursos de pós-graduação do país.

Cerca de 1819 programas de pós-graduação foram analisados, no período de 2001 a 2003, e o MEC reprovou 55 deles.

A licença de funcionamento desses programas de pós-graduação deverá ser cassada nos próximos 60 dias, depois de esgotado o prazo de revisão.

A lista de mestrados e doutorados de má qualidade está sendo mantida em sigilo pelo MEC até a análise dos recursos.

Outras informações podem ser obtidas no site da instituição. Acesse: www.capes.gov.br e leia o relatório da avaliação trienal da Capes.

GT DE ASSESSORES JURÍDICOS DO ANDES

ANALISA IMPLICAÇÕES DA MP 208/04 EM RELAÇÃO

À GED, GID E GEAD

O Grupo de Trabalho de Assessores Jurídicos do ANDES-SN reuniu-se em Brasília no último dia 24 de setembro, para discutir, em caráter consultivo, as principais alterações trazidas pela Medida Provisória 208/04 em relação a GED, GID e GEAD.

A MP 208 pode ser entendida como um instrumento efetivo de implementação da Reforma Universitária proposta pelo governo. Ela reafirma a GED (Gratificação de Estimulo à Docência) como mecanismo de avaliação produtivista, e não respeita a isonomia e paridade entre ativos e inativos. Conseqüentemente, reforça a competição entre os docentes ao avaliá-los segundo um critério de pontuação por produtividade.

Para que façam jus à GED, de forma integral, os professores devem atingir pelo menos 140 pontos – variáveis de acordo com as atividades que desempenham – podendo alcançar agora, com a Medida Provisória, o máximo de 175.

Segundo o GT, não é possível apresentar emenda impondo um prazo para o Poder Executivo editar uma nova Medida Provisória, extinguindo a GED e criando GEADS, porque o Poder Executivo interferiria sobre o Legislativo. O GT julgou ser recomendável que se apresente "uma emenda supressiva para retirar o limite global de pontuação por IFES, qual seja, 140 vezes o número de docentes lotados e em exercício".

O grupo ainda propôs que o ANDES-SN demonstrasse estatisticamente que a maioria dos professores recebe a integralidade da GED, "para comprovar a tese da impossibilidade de atingir-se os 175 pontos". Do mesmo modo, o GT entende que professores substitutos e visitantes, ainda que não integrem o quadro permanente das IFES, também têm o direito de receber esta gratificação.

Embora os critérios de incorporação da GED para aposentados permaneçam sendo feitos pela média, o Grupo de Trabalho de Assessores Jurídicos do Sindicato Nacional pretende investigar e aprofundar os casos de aposentadoria em face da MP 208/04, a fim de garantir isonomia entre ativos e inativos. A GED existe há seis anos, mas não tem sido extensiva aos aposentados nas mesmas condições que aos ativos, porque o Poder Judiciário considera a natureza desta gratificação variável.

Já a substituição da GID pela GEAD trouxe problemas de ordem administrativa, que a direção do Sindicato Nacional vem resolvendo junto ao MPOG (Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão). Após a implementação da GEAD, docentes de 1º e 2º grau não terão mais direitos a GID, já que não haverá pagamento em duplicidade.

O relatório desta reunião pode ser consultado na home page da ADUR-RJ. Acesse: www.adur-rj.org.br.

WILLIAM CAMPOS ABANDONA DEBATE

REPRESENTANTE DO MEC NO RJ DESRESPEITOU PROFESSORES E ESTUDANTES DA UFF

O Centro Acadêmico de História (CAHIS) da Universidade Federal Fluminense promoveu no último dia 22 de setembro um debate sobre a Reforma Universitária. Os palestrantes eram William Campos, representante do MEC no Rio de Janeiro, Juarez Duayer, vice-presidente da ADUFF e professor do Departamento de Arquitetura, e Marcelo Badaró, professor do Departamento de História da UFF.

Quando o professor Juarez Duayer já concluía sua exposição, o representante do MEC chegou ao auditório do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia com aproximadamente 40 minutos de atraso. Além de extrapolar em quase dez minutos o tempo inicial destinado as suas considerações, ele foi desrespeitoso com professor Marcelo Badaró e o impediu de expor suas críticas ao projeto do governo Lula da Silva.

Como se não bastassem as grosserias, William Campos não explicou para a comunidade acadêmica a proposta do governo e disse que as críticas feitas à Reforma Universitária não procediam. Afirmou ainda que os docentes estavam satisfeitos com a Medida Provisória do reajuste salarial, e que uma prova disto foi o fato deles não terem feito greve.

No momento em que surgiram as perguntas, o representante do MEC, acuado, procurou desqualificar o debate. Sugeriu que os interessados no assunto lessem a revista do MEC, e se retirou antes que o evento acabasse, sob vaias e protestos da comunidade acadêmica da UFF.

Fonte: ADUFRJ – 27 de setembro de 2004

ENQUANTO ISSO NO MERCADO...



**FONTE: ANDES –SN.
AUTOR: Ricardo Borges**

OS NÚMEROS DAS DÍVIDAS EXTERNA E INTERNA DO BRASIL

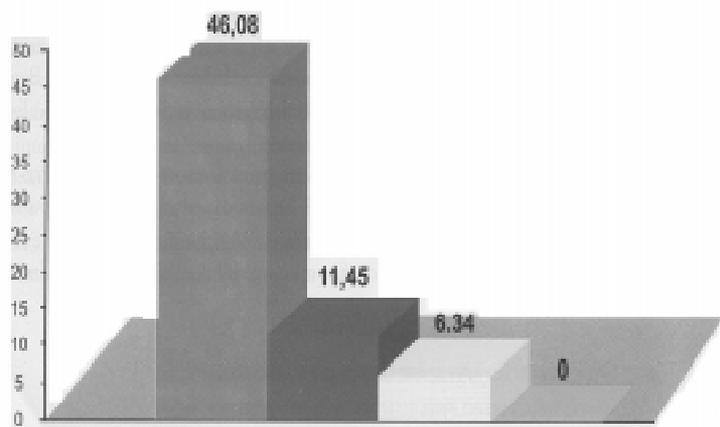
Durante o primeiro ano do governo Lula, a esfera federal destinou nada menos que R\$ 132,5 bilhões ao pagamento das dívidas externa e interna, enquanto apenas destinou R\$ 70,8 bilhões a todas as áreas sociais listadas na tabela acima. Nem mesmo os baixos montantes programados para os gastos sociais em 2003 foram aplicados em sua totalidade. Setores importantes como Urbanismo, Habitação, Saneamento e Gestão Ambiental receberam menos de 40% do programado. Outros setores de atuação governamental, como os de Cultura e Transporte, receberam menos de 70% da dotação anual.

Apesar de toda a "economia" de R\$ 66 bilhões em 2003 - o Superávit Primário - para o pagamento de juros, a dívida pública ainda aumentou durante

o ano passado. A Dívida Líquida do Setor Público, que representa as dívidas externa e interna menos os créditos que o governo tem a receber, aumentou de 55,5% do PIB em dezembro de 2002 para 58,2% em dezembro de 2003.

No que se refere às contas externas, o país enviou para o exterior US\$ 13 bilhões de juros da dívida externa, US\$ 5,6 bilhões de lucros das multinacionais e US\$ 5,1 bilhões de serviços contratados no exterior. Todas essas remessas somaram US\$ 23,7 bilhões, ou seja, quase a totalidade do comemorado saldo recorde na balança comercial, de US\$ 24,8 bilhões. Por outro lado, as amortizações da dívida chegaram a US\$ 27 bilhões, nos levando à dependência dos capitais voláteis e dos acordos com o FMI.

O PESO DA DÍVIDA BRASILEIRA GASTO DO GOVERNO FEDERAL ATÉ MAIO DE 2003 (EM R\$ BILHÕES)



46,08	PAGAMENTO DE SERVIÇOS DA DÍVIDA
11,45	GASTOS COM SAÚDE
6,34	GASTOS COM EDUCAÇÃO
0	GASTOS COM HABITAÇÃO

Fonte: www.jubileubrasil.org.br, citado no artigo de Katia R. de Souza Lima, Revista ADUNICAMP, Ano 6, nº2, setembro de 2004, pp. 67 - 72.

MEC DIVULGA NÚMEROS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE 2003

De acordo com o jornal *Diário da Tarde* de 14 de outubro, O MEC divulgou no último dia 13 os números do Censo da Educação Superior 2003. Este levantamento sintetiza dados do ensino superior no país, com a finalidade de retratar nossa realidade educacional.

O mesmo veículo noticia, entretanto, que o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2000, dificilmente cumprirá as metas a que se destina. O PNE prevê que o Brasil deverá ter 30% dos seus jovens, entre 18 a 24 anos, no ensino superior em 2010. Hoje, somente 9% dos jovens brasileiros desta faixa etária estão na universidade.

A participação pública nas vagas de ensino superior também está diminuindo, já que, atualmente, cerca de 71,8% das que são oferecidas no nível superior são de instituições privadas.

O Censo da Educação Superior ainda indicou que o Brasil possui uma das mais baixas taxas de matrícula da América Latina, e que não há nenhuma universidade federal entre as dez maiores instituições de ensino superior do país.

A primeira colocada, com 100,6 mil matrículas, é a Estácio de Sá, enquanto a Universidade de São Paulo (USP), com 44,2 mil alunos, desponta em terceiro lugar. As universidades estaduais do Piauí

e de Goiás ocupam, respectivamente, as 7ª e 8ª posições, enquanto as demais são todas privadas.

O setor público ainda perde para as universidades particulares quando o quesito é curso noturno. As instituições privadas concentram quase 68% das suas vagas no turno da noite, enquanto 64,2% das vagas das universidades públicas são para cursos diurnos. O Ministro da Educação diz que vai incentivar a abertura de cursos noturnos.

Como afirma o *Diário da Tarde*, "o gasto atual do ministério com o Financiamento Estudantil (antigo crédito educativo), cerca de R\$ 1 bilhão por ano, permitiria a criação imediata de 90 mil vagas noturnas nas instituições públicas, sendo 60 mil nas federais e outras 30 mil nas estaduais".

Do mesmo modo, o texto original do PNE previa, também, que o investimento nacional em educação deveria chegar a 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. Hoje, o indicador está em torno de 4%. Segundo o jornal, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso vetou essa possibilidade, e o atual governo ainda não se manifestou sobre o assunto.

Fonte: *Diário da Tarde* (BH), 14 de outubro de 2004.

EXPEDIENTE – ADUR Informa

Publicação da Associação dos Docentes da UFRRJ

Endereço: Rodovia BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica, RJ.

Caixa Postal: 74.537 – CEP: 23.851-970.

Telefax: (21)2682-1379.

E-mail: adurrrj@adur-rj.org.br

Conselho Editorial: Canrobert P. L. Costa Neto, Rosane Ferreira de Oliveira, Luis Mauro Sampaio Magalhães, Maria Teresa Carneiro da Cunha, Irlate Braga da Trindade e Frederico José Falcão.

Redação: Aline Pinto Pereira (Reg. 25163/ MTb)

Fotolito e impressão: Gráfica Jornal de Hoje

Tiragem: 2 mil exemplares